

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	8
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	9

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	10
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	17
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	18
10.5 - Políticas contábeis críticas	24
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	26
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	35
10.8 - Plano de Negócios	36
10.9 - Outros fatores com influência relevante	37

## 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

### 5. Gerenciamento de Riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

#### 5.1 POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

**5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.**

A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

- i) **Risco de Taxa de Juros:** Consiste na possibilidade da Companhia incorrer em perdas em razão de flutuações da taxa de juros que impactam as despesas financeiras relativas a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC);
- ii) **Risco Cambial:** Consiste em possíveis perdas decorrentes do contrato indexado à moeda estrangeira e de obrigações assumidas relativas ao projeto SGDC; e
- ii) **Risco de Liquidez:** Risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

**5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado****5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotado pela companhia, seus objetivos, estratégias e instrumento**

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta estão relacionados a riscos cambiais, taxa de juros e de liquidez.

**Risco de Taxa de Juros:** Consiste no risco da Telebras contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado. As posições ativas da Telebras, ou seja, os investimentos financeiros da empresa são mantidos em fundos de investimento extramercado, regidos pela Resolução Nº 3.284, de 25 de maio de 2005, e, eventualmente, em fundos exclusivos, estruturados com finalidades específicas.

Estes investimentos possuem riscos inerentes às volatilidades das taxas de juros, *spreads* de crédito dos títulos que compõem o índice de mercado Anbima (IMA).

**Risco de Taxa de Câmbio:** Esse risco decorre do passivo cambial do Projeto SGDC ser impactado por flutuações nas taxas de câmbio, dado que uma parcela significativa desse passivo está estipulada em dólares norte-americanos. Deve-se considerar que a Telebras não possui receita em moeda diferente do Real, não sendo possível a realização de *hedge* natural da operação.

O contrato com a Visiona International BV, assinado em 2013, ainda está em vigor, e há pagamentos previstos em moeda estrangeira (USD e Euros). Isto coloca a Telebras em exposição cambial resultante das oscilações dos preços das moedas estrangeiras no mercado *spot*, no mercado futuro e de volatilidade.

**Risco de Liquidez:** Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolso e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Com essa política, possíveis reduções são detectadas com antecedência, permitindo a adoção de medidas para mitigar o risco e reduzir o custo financeiro.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos****5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Fatos e Atos Relevantes; (ii) Relatórios Anuais; (iii) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (iv) sua página na internet; e (v) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

Para garantir a evolução contínua dos controles, foi instituído um Comitê de Compliance e Integridade, que está calcado em medidas estruturantes, organizacionais e preventivas, tais como o cumprimento estrito do Planejamento Estratégico da Companhia, a realização de mapeamento e revisão dos processos e normativos internos, fortalecimento da segurança da informação, aquisição e implantação de adequadas soluções de informática, implantação de ferramentas de acompanhamento das decisões e determinações tomadas pela Diretoria Executiva, ações concretas para a melhoria da eficiência operacional nas aquisições e estrita observância às recomendações dos órgãos de controle.

Vale ressaltar neste contexto os esforços de aperfeiçoamento contínuo do Sistema de Gestão Integrada da SAP instalado na Telebras, fornecendo informações cada vez mais integradas e confiáveis. Como estas informações são contabilizadas desde sua origem, em unidades administrativas externas à unidade responsável pelas demonstrações financeiras, o sistema garante um controle iterativo que contribui pela sua eficiência.

**B. as estruturas organizacionais envolvidas**

As principais áreas envolvidas são: a) Gerência de Governança e Comitê de Compliance que estão diretamente à Presidência da Companhia; b) Gerência de Tecnologia da Informação, responsável pela manutenção do Sistema de Gestão da Empresa – SAP; c) Gerência de Auditoria Interna, a qual se reporta ao Conselho de Administração, que tem por objetivo fornecer informações sobre a gestão, por meio de avaliação dos controles internos e avaliação dos riscos.

**C. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Está em fase de implantação na Empresa as práticas de Compliance por meio de seu Comitê, que atuará no monitoramento dos riscos e conformidade.

A Auditoria Interna fornece informações objetivas e independentes sobre a eficiência e eficácia dos controles internos, identificando oportunidades de melhorias com o objetivo de proteger os interesses da Companhia.

O Plano Anual de Auditoria, aprovado pelo Conselho de Administração, contempla os processos que serão focos das ações de auditoria, obtidos por meio da avaliação dos riscos dos processos e indicação da diretoria executiva e conselho de administração.

Os resultados dos trabalhos da Auditoria Interna são reportados à Diretoria Executiva e mensalmente ao Conselho de Administração e Fiscal.

**D. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

O relatório de Auditoria Independente contendo as deficiências e recomendações sobre os controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não apresentou ressalvas.

A Auditoria Independente emitiu recomendações sobre os controles internos, as quais são avaliadas e implementadas após análise do custo/benefício, conforme sintetizadas a seguir:

- 1) Reconciliação sobre os saldos contábeis com destaque para conta clientes, valores a receber e depósitos judiciais;
- 2) Controlar os valores relativos ao Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP, por meio de sistema informatizado;
- 3) Adequar as informações disponibilizadas por meio da escrituração fiscal digital.

**E. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Diretoria recomenda que as deficiências apontadas no Relatório da Auditoria Independente sejam objeto de plano de ação por parte das diretorias responsáveis, visando sua correção. As medidas corretivas deverão ser reportadas mensalmente ao colegiado para fins de acompanhamento e controle.

**a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Fatos e Atos Relevantes; (ii) Relatórios Anuais; (iii) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (iv) sua página na internet; e (v) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

Para garantir a evolução contínua dos controles, foi instituído um Comitê de Compliance e Integridade, que está calcado em medidas estruturantes, organizacionais e preventivas, tais como o cumprimento estrito do Planejamento Estratégico da Companhia, a realização de mapeamento e revisão dos processos e normativos internos, fortalecimento da segurança da informação, aquisição e implantação de adequadas soluções de informática, implantação de ferramentas de acompanhamento das decisões e determinações tomadas pela Diretoria Executiva, ações concretas para a melhoria da eficiência operacional nas aquisições e estrita observância às recomendações dos órgãos de controle.

Vale ressaltar neste contexto os esforços de aperfeiçoamento contínuo do Sistema de Gestão Integrada da SAP instalado na Telebras, fornecendo informações cada vez mais integradas e confiáveis. Como estas informações são contabilizadas desde sua origem, em unidades administrativas externas à unidade responsável pelas demonstrações financeiras, o sistema garante um controle iterativo que contribui pela sua eficiência.

**B. as estruturas organizacionais envolvidas**

As principais áreas envolvidas são: a) Gerência de Governança e Comitê de Compliance que estão diretamente à Presidência da Companhia; b) Gerência de Tecnologia da Informação, responsável pela manutenção do Sistema de Gestão da Empresa – SAP; c) Gerência de Auditoria Interna, a qual se reporta ao Conselho de Administração, que tem por objetivo fornecer informações sobre a gestão, por meio de avaliação dos controles internos e avaliação dos riscos.

**C. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Está em fase de implantação na Empresa as práticas de Compliance por meio de seu Comitê, que atuará no monitoramento dos riscos e conformidade.

A Auditoria Interna fornece informações objetivas e independentes sobre a eficiência e eficácia dos controles internos, identificando oportunidades de melhorias com o objetivo de proteger os interesses da Companhia.

O Plano Anual de Auditoria, aprovado pelo Conselho de Administração, contempla os processos que serão focos das ações de auditoria, obtidos por meio da avaliação dos riscos dos processos e indicação da diretoria executiva e conselho de administração.

Os resultados dos trabalhos da Auditoria Interna são reportados à Diretoria Executiva e mensalmente ao Conselho de Administração e Fiscal.

**D. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O relatório de Auditoria Independente contendo as deficiências e recomendações sobre os controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não apresentou ressalvas.

A Auditoria Independente emitiu recomendações sobre os controles internos, as quais são avaliadas e implementadas após análise do custo/benefício, conforme sintetizadas a seguir:

- 1) Reconciliação sobre os saldos contábeis com destaque para conta clientes, valores a receber e depósitos judiciais;
- 2) Controlar os valores relativos ao Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP, por meio de sistema informatizado;
- 3) Adequar as informações disponibilizadas por meio da escrituração fiscal digital.

**E. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Diretoria recomenda que as deficiências apontadas no Relatório da Auditoria Independente sejam objeto de plano de ação por parte das diretorias responsáveis, visando sua correção. As medidas corretivas deverão ser reportadas mensalmente ao colegiado para fins de acompanhamento e controle.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

### **5.4 - Alterações significativas**

#### **5.4 - ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO**

**5.4. Em relação ao último exercício social, indicar alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos.**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, não houve alteração significativa nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento adotada.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

**5.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES – GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

Nada a acrescentar.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****10.1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS****10.1. Comentários dos Diretores sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Estrutura Patrimonial da Companhia está expressa nas principais rubricas das suas demonstrações financeiras, no seu relatório de administração e nas seguintes considerações: Na avaliação da Diretoria, o desempenho geral da Telebras em 2016 atendeu satisfatoriamente às expectativas, apesar de o Resultado Operacional ter-se apresentado negativo na ordem de R\$ 270.883 mil contra R\$ 235.633 mil em 2015.

O ano de 2016 encerrou com 214 clientes faturados (Provedores/Parceiros, Entidades Governamentais, Forças Armadas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mistas). A banda ativada fechou o ano de 2016 com 191.625 Mbps, um crescimento de 94,4% (98.553 Mbps em 2015). Isso representou um acréscimo na Receita Operacional Líquida de 24,3% na comparação entre o exercício de 2016 (R\$ 56,0 milhões contra R\$ 42,0 milhões em 2015). As solicitações de aumento de banda por parte dos clientes demonstram a qualidade dos serviços prestados pela Telebras, aumentando a média de receita por contrato firmado e consolidando a relação entre a Telebras e seus clientes.

No entanto, todas as ações e investimentos impactaram significativamente nos resultados da Companhia, com reflexos nos indicadores da sua Estrutura Patrimonial.

Segue quadro com os principais números relativos ao Ativo e a Passivo Total:

I

R\$ mil	Exercícios Findos em:						
	2014		2015		2016		
Rubricas		AV%	Valor	AV%	AH%	Valor	AV%
Ativo Circulante	371.078	20,0%	423.053	17,0%	14,0%	442.716	14,0%
Ativo Não Circulante	1.462.464	80,0%	2.131.476	83,0%	45,7%	2.617.212	86,0%
Realizável a Longo Prazo	180.319	10,0%	205.800	8,0%	14,1%	274.520	9,0%
Investimentos	24.567	1,0%	55.231	2,0%	124,8%	48.376	2,0%
Imobilizado	1.240.145	68,0%	1.850.122	72,0%	49,2%	2.275.655	74,0%
Intangível	17.433	1,0%	20.323	1,0%	16,6%	18.661	1,0%
<b>Ativo Total</b>	<b>1.833.542</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.554.529</b>	<b>100,0%</b>	<b>39,3%</b>	<b>3.059.928</b>	<b>100,0%</b>
Passivo Circulante	360.360	20,0%	321.781	13,0%	-10,7%	97.490	3,0%
Passivo Não Circulante	1.471.336	80,0%	2.451.508	96,0%	66,6%	3.462.541	113,0%
Passivo Exigível	1.831.696	100,0%	2.773.289	109,0%	51,4%	3.560.031	116,0%
Patrimônio Líquido	1.846	0,0%	(218.760)	-9,0%	-11950,5%	(500.103)	-16,0%
<b>Passivo Total</b>	<b>1.833.542</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.554.529</b>	<b>100,0%</b>	<b>39,3%</b>	<b>3.059.928</b>	<b>100,0%</b>

AV% – Análise Vertical

AH% – Análise Horizontal

**Ativo Circulante e Ativo Não Circulante** - Os itens do Ativo Não Circulante apresentaram evolução da ordem de 22,8% em relação ao exercício de 2015, já o Ativo Circulante apresentou crescimento de 4,6% no mesmo período.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

**Imobilizado** - A evolução do Imobilizado, 23,0% de 2015 para 2016 é explicado pelos investimentos realizados pela Telebras no valor de R\$ 319,5 milhões (R\$ 596,5 milhões em 2015) no decorrer de 2016. Deste total, R\$ 267,5 milhões (83,7%) foram destinados ao projeto SGDC (R\$559,2 milhões em 2015 – (93,7%)).

**Ativo Total** - Crescimento da ordem de 19,8% em relação a 2015. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador aplicados no imobilizado.

**Passivo Circulante e Passivo Não Circulante** - O Passivo Circulante apresentou queda de 69,7% no período, em decorrência principalmente da redução na Conta Fornecedores, que apresentou queda de 85,6% em relação a 2015. Já o Passivo Não Circulante apresentou um aumento de 41,2% por conta basicamente da obrigação da Companhia para com o Acionista Controlador (AFAC – adiantamento para futuro aumento de capital), obrigação que será convertida em futuro aumento de capital.

**Passivo Exigível e Ativo Total** - Quando se toma os dados relativos ao Passivo Exigível e do Ativo Total, observa-se que o grau de endividamento em 31/12/2016 é de 116,4%, enquanto que no exercício findo em 2015 essa taxa era de 108,6%.

**Patrimônio Líquido** - A redução do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior decorre principalmente do prejuízo apurado neste ano, que foi de R\$ 270.8 milhões.

R\$ mil	2016	2015
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>500.103)</b>	<b>(218.760)</b>
Capital Social	263.145	263.145
Prejuízos Acumulados	(769.620)	(498.737)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.483	16.943
Ações em Tesouraria	(111)	(111)

**b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:****(i) hipóteses de resgate:**

Não há hipótese de resgate das ações representativas do capital social.

**(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:**

Como não houve hipótese de resgate das ações, não há o que se informar a respeito.

**c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:**

O volume de recursos alocados no item Caixa e Equivalentes (Índice de Liquidez Imediata) corresponde a 290,0% (78,3% em 2015) do que é necessário para a cobertura dos compromissos assumidos de curtíssimo prazo.

O índice de liquidez corrente apresentado foi de 4,24 (1,21 em 2015) - isto é - para cada R\$ 1,00 de compromissos de curto prazo, a empresa possui R\$ 4,24 de ativos de curto prazo para honrar as obrigações também de curto prazo.

O índice de liquidez geral foi de 0,84 (0,56 em 2015) - ou seja - para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto e longo prazos, a empresa possui apenas R\$ 0,84 de recursos de curto e longo prazos, para honrar essas obrigações.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O índice de endividamento foi de 0,26 (0,41 em 2015) – isto é – a empresa financia 34% (41% em 2015) dos ativos com capitais de terceiros.

A composição do capital de terceiros mostra que 11,9% da dívida são de curto prazo e 88,1% são dívida de longo prazo, portanto, demonstrando boa estrutura do endividamento.

**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas:**

A exemplo de anos anteriores, como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para os seus investimentos, no exercício de 2016, a Telebras contou com recursos transferidos pelo Acionista Controlador (União) para futuro aumento de capital, bem como de recursos oriundos de receita própria.

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

A Empresa já conta com recursos aplicados no mercado financeiro, que garantem parte da cobertura dos investimentos compromissados. Será necessário (i) ou captar mais recursos para financiamento ou (ii) aporte de capital do Acionista Controlador.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****(i). contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A Companhia tem contrato de financiamento junto a FINEP – Inovação e Pesquisa–, no valor de R\$ 240 milhões, para aplicação no Projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica, dos quais R\$ 103.363 mil ingressaram na conta da Companhia em 2014 e R\$ 136.043 mil em 2015. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread 3% (três por cento) ao ano. O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15/12/2017 e a última em 15/12/2024.

**(ii). outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há nenhum outro recurso recebido por empréstimo de qualquer instituição financeira.

**(iii). grau de subordinação entre as dívidas**

Vide  
quadr  
o do  
item  
“f”.

**(iv). eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

**Limites de endividamento:** Estatutariamente, vencidas as regras de governança, não há restrições para o endividamento da Companhia, contudo o orçamento aprovado pelo Acionista Controlador impõe limites para a hipótese de captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais. (aspectos contábeis).

Os índices de endividamento são 0,26 (2016), 0,41 (2015). Com esses índices pode-se verificar que o endividamento da TELEBRAS apresentou uma redução considerável, que é explicada principalmente pela redução da rubrica de fornecedores (R\$ 40,1 milhões em 2015 contra R\$ 278,4 milhões em 2015).

Ressalta-se, que para o cálculo índice acima os valores do adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 2.233,6 milhões, e das receitas recebidas antecipadamente no montante de R\$ 508,4 milhões foram reclassificadas e consideradas como patrimônio líquido.

**Distribuição de Dividendos:** A Telebras segue o estabelecido no seu Estatuto Social, qual seja, a distribuição a título de dividendos a partir do resultado positivo do exercício somente será possível após o abatimento dos prejuízos e provisões para imposto de renda e a constituição da reserva legal. Primeiramente, são atribuídos os dividendos às ações preferenciais. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias, na proporção das ações emitidas. Se ainda houver saldos remanescentes que permitam distribuições, são atribuídos aos acionistas ordinários e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do que dispõe o Art. 55 do seu Estatuto Social, diante do resultado apurado no exercício de 2016, não há dividendos a serem distribuídos, tampouco lucro para abater prejuízos acumulados.

**Alienação de ativos:** Exceto as legais, não há restrições impostas, embora não tenha havido alienação de ativos no exercício de 2016.

**Emissão de novos valores mobiliários:** A Companhia segue as determinações do seu Estatuto Social, em seus artigos 8º, 9º e 10º, e orientações da União, que estabelecem os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da Companhia e aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST. Em 2016, não houve emissão de novos valores mobiliários.

**Alienação de Controle Acionário:** O Estatuto Social da Companhia não prevê esta modalidade, contudo a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo Acionista Controlador e pela Assembleia Geral

**g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:**

O uso dos recursos provenientes do financiamento já contratado é exclusivo para o projeto SGDC, objeto do respectivo contrato (programa estratégico de inovação - PEI).

**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Alterações informadas nos itens  
10.1 "a" e 10.1. "f".

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2. RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO****10.2. Comentários dos diretores sobre:****a. Resultados das operações da Companhia****Receita Operacional Líquida**

Em 2016, a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 56,0 milhões um crescimento de 24,3% em relação a 2015 (R\$ 45,0 milhões). O incremento está diretamente ligado a elevação do número de clientes faturados (Provedores e Entidades Governamentais) que em 2015 eram 173 e fechou 2016 com 282, um crescimento de 63,0%. Com relação ao físico faturado houve um crescimento de 94,4%, atingindo ao final de 2016 191.625 Mbps (98.553 Mbps em 2015).

Descrição	2016	2015	Δ Ano
Serviços de Comunicação Multimídia	74.486	55.106	35,2%
Alugueis e Locações	7.003	7.732	-9,4%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>81.489</b>	<b>62.838</b>	<b>29,7%</b>
Deduções da Receita	(25.435)	(17.746)	43,3%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>56.054</b>	<b>45.092</b>	<b>24,3%</b>

**Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização)**

Descrição	2016	2015	Δ Ano
Pessoal	(70.807)	(50.743)	39,5%
Serviços de Terceiros	(64.815)	(59.046)	9,8%
Alugueis e Locações	(48.409)	(46.175)	4,8%
Meios de Conexão	(9.146)	(7.473)	22,4%
Tributos	(1.607)	(1.067)	50,6%
Materiais	(136)	(174)	-21,8%
Outras	(266)	(767)	-65,3%
<b>Total</b>	<b>(195.186)</b>	<b>(165.445)</b>	<b>18,0%</b>

Em 2016, os Custos e Despesas Operacionais atingiram R\$ 195,1 milhões, R\$ 29,7 milhões (18,0%) superior aos gerados em 2015 (R\$ 165,4 milhões). As principais ocorrências no período referente aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

**Pessoal:** Em 2016, houve crescimento de 39,5% na comparação entre 2016 (R\$ 70,8 milhões) e 2015 (R\$ 50,7 milhões) este aumento teve como principais causas os seguintes eventos:

- ✓ Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016;

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

- ✓ Concessão de progressão horizontal por mérito aos Colaboradores;
- ✓ Baixa para resultado da provisão do Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP no valor de R\$ 3,1 milhões; e
- ✓ Crescimento do quadro de Colaboradores em exercício na Companhia.

**Serviços de Terceiros:** No final de 2016, os custos e despesas com Serviços de Terceiros atingiram R\$ 64,8 milhões, acréscimo de R\$ 5,8 milhões quando comparado com o mesmo período do ano anterior (R\$ 59,0 milhões). Do total dos custos e despesas operacionais com serviços de terceiros, o que apresentou maior participação foi o custo de manutenção de planta, que em 2016 somou R\$ 27,8 milhões (R\$ 26,7 milhões em 2015).

**Aluguéis e Locações:** Apresentou variação de 4,8% (R\$ 48,4 milhões em 2016 - R\$ 46,1 milhões em 2015). Deste total, o principal custo é o compartilhamento de infraestrutura totalizou R\$ 39,7 milhões em 2016 e R\$ 37,4 em 2015, variação de 6,0%.

**Meios de Conexão:** Em 2016, os custos com meios de conexão totalizaram R\$ 9,1 milhões, um aumento de 21,3% relação a 2015 (R\$ 7,5 milhões). A variação é justificada principalmente pelos custos de cessão de meios para integração das redes de telecomunicações da Telebras e Eletronorte.

**Depreciação e Amortização**

Descrição	2016	2015	Δ Ano
Depreciação e Amortização	(49.311)	(64.556)	-23,6%

A redução de 23,6% (R\$ 15,2 milhões), na comparação entre 2016 e 2015 (R\$ 49,3 milhões e R\$ 64,6 milhões, respectivamente) ocorreu devido a revisão da vida útil econômica dos ativos da Telebras realizada no 4T16.

**Resultado Financeiro**

Descrição	2016	2015	Δ Ano
<b>Receitas Financeiras</b>			
Juros sobre Disponibilidades	8.974	13.026	-31,1%
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.486	3.144	-20,9%
Outras Receitas Financeiras	717	354	102,5%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(1.377)	-	n/d
<b>Total</b>	<b>10.800</b>	<b>16.524</b>	<b>-34,6%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>			
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(51.194)	(42.203)	21,3%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(23.686)	(24.209)	-2,2%
Juros sobre Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(6.419)	(9.863)	-34,9%



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

VM Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(5.127)	(8.476)	-39,5%
Outras Despesas Financeiras	(1.272)	(36)	3433,3%
<b>Total</b>	<b>(87.698)</b>	<b>(84.787)</b>	<b>3,4%</b>
<b>Variação Cambial, líquida</b>	<b>(1)</b>	<b>59</b>	<b>-101,7%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(76.899)</b>	<b>(68.204)</b>	<b>n/d</b>

Na comparação entre os anos de 2016 e 2015, o resultado negativo teve um incremento de R\$ 8,6 milhões, passando de R\$ 68,2 milhões em 2015 para R\$ 76,9 milhões em 2016. Os principais elementos que contribuíram para estas variações foram: Juros sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (R\$ 51,2 milhões em 2016 contra R\$ 42,2 milhões em 2015), Juros e Variação Monetária sobre Acordos Judiciais (R\$ 23,4 milhões em 2016 - R\$ 24,2 milhões em 2015). Estes itens de despesas financeiras foram parcialmente amortizados pelos Juros sobre as Disponibilidades, que totalizaram R\$ 8,9 milhões em 2016 (R\$ 13,0 milhões em 2015).

**Prejuízo Consolidado do Exercício**

Em 2016, o Prejuízo do Exercício foi de R\$ 270,8 milhões (R\$ 235,6 milhões em 2015) acréscimo de 15,0% na comparação com o ano de 2015. O prejuízo é explicado pela elevação dos Custos e Despesas Operacionais em 18,0%, bem como pelo resultado financeiro negativo que evoluiu em 12,7%. Este aumento do Prejuízo foi parcialmente compensado pelo crescimento de Receita Operacional Líquida em 24,1% e pela redução dos Custos e Despesas com Depreciação e Amortização em 23,6% devido a revisão da vida útil econômica dos ativos.

**b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

Não se verificaram essas variações no exercício.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

No que diz respeito ao resultado operacional, os contratos de fornecimento de insumos, bem como o de prestação de serviços são reajustados por indexadores oficiais, recompondo eventuais perdas inflacionárias.

Os efeitos da taxa de juros, da inflação e dos adiantamentos para futuro aumento de capital do Acionista Controlador, estes por serem atualizados pela taxa SELIC, contribuem negativamente para o resultado financeiro.

No caso dos adiantamentos para futuro aumento de capital do Acionista Controlador, a atualização monetária da parte dos recursos destinados a construção de ativos (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação) está sendo capitalizada.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.****10.3. EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

**10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da companhia:**

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

No exercício de 2016, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

No exercício de 2016, houve aportes para aumento de capital na coligada da Cabos Brasil Europa S.A., a qual, a Companhia tem participação de 35% do seu Capital Social. O montante destinado para aumento de capital no ano de 2016 foi de R\$ 2,4 milhões..

**c. Eventos ou operações não usuais**

Em 2016, não houve a realização de operações não usuais.

## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

### **10.4. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS – RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR**

#### **10.4. Comentários dos diretores sobre:**

##### **a. Mudanças significativas nas práticas contábeis 2015, 2014 e 2013.**

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 2016 em relação a 2015, tampouco em relação a 2014.

##### **b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2013, 2014 e 2015.**

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 2016 em relação a 2015, tampouco em relação a 2014..

##### **c. Ressalvas a ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2016:**

#### **Ênfases:**

##### **Tributos a Recuperar**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, a Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, no ativo circulante e não circulante o montante de R\$ 252.134 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ainda conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

##### **Investimentos**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, em reunião realizada em 22 de março de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou proposta de incorporação da subsidiária integral Telebrás Copa S.A. A Administração submeterá a proposta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, em data a ser estabelecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia controla a subsidiária integral TELEBRÁS Copa S/A. Esses investimentos são avaliados pelo valor do patrimônio líquido, sendo que as informações contábeis de 31 de dezembro de 2016 utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial, não foram submetidas a revisão por auditores independentes. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia participa do capital social das coligadas Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49% e Cabos Brasil Europa S/A, com 35%. As demonstrações contábeis destas coligadas foram examinadas por outros auditores independentes. O relatório dos auditores relativo a Visiona Tecnologia Espacial S/A, datado de 22 de fevereiro de 2017, foi emitido contendo ênfase quanto ao fato de parte significativa dos saldos e transações da Companhia ocorrem com partes relacionadas, e, portanto, o resultado de suas operações poderia ser diferente caso essas transações fossem efetuadas com partes não relacionadas. A opinião do auditor não contém ressalva relacionada a esse assunto. O relatório dos auditores relativo a Cabos Brasil Europa S/A, datado de 22 de fevereiro de 2017, foi emitido contendo ressalvas relacionadas a: i) A Companhia revisou e alterou o procedimento de consolidação sobre a controlada CSEB Cabos Europa Brasil Ltda (“CSEB”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, passando a consolida-la a partir de 1 de janeiro de 2016. Dessa forma, os valores correspondentes, referentes ao

## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, não foram apresentados como determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do pronunciamento técnico CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas. A comparabilidade entre os exercícios fica, portanto, prejudicada. ii) a Companhia não registrou, em 31 de dezembro de 2015, o resultado de equivalência patrimonial, no montante de R\$300 mil e, também, os ajustes de conversão das demonstrações financeiras de sua controlada CSEB, no montante de R\$71 mil, como determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil, através dos pronunciamentos técnicos CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 02 (R2) Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, respectivamente. Dessa forma, o ativo não circulante e o patrimônio líquido da Companhia, estão demonstrados a maior em R\$371 mil, em 31 de dezembro de 2015, e o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está a menor em R\$300 mil. A Companhia registrou os referidos valores diretamente em seu ativo não circulante e contrapartida ao seu patrimônio líquido, em 01 de janeiro de 2016, em desacordo com o CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, porém ajustando os saldos da conta de investimento e do patrimônio líquido. A Companhia optou por não reapresentar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

### Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no passivo não circulante o valor de R\$ 47.938 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

### Recursos capitalizáveis e Patrimônio Líquido negativo

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 2.233.652 mil. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. No momento, a Companhia aguarda a concordância da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN para submeter o assunto a Assembleia Geral Extraordinária, e com a aprovação, dar prosseguimento nos trâmites legais para efetivar o aumento do capital social. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionando seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estão no foco das ações da Telebras, sendo: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais. A conclusão dos projetos em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, quer seja de seus acionistas ou de terceiros.

## d. Ressalvas a ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2015:

### Ênfases

#### Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS possui registrado em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 154.634 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal

## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressaltos e ênfases no parecer do auditor

ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 30 de março de 2013, era de R\$ 115.761 mil. O referido crédito encontra-se *sub judice* na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Vide informações na Nota Explicativa nº 18. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

### Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.a, a Telebras possui participação de 49% do capital social da Visiona Tecnologia Espacial S/A, sendo que o restante de 51% pertence a parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2015, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 54.311 mil após apuração da equivalência patrimonial. As Demonstrações financeiras da coligada foram auditadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Ainda conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.b, a constituição da empresa TELEBRAS – COPA S/A como subsidiária integral da TELEBRAS (sociedade de Propósito Específico para prestação de serviços nos eventos da copa das confederações de 2013 e copa do mundo de 2014), em 07 de fevereiro de 2013, com integralização inicial de seu capital no valor de R\$ 10 mil, ou seja, 10% de R\$ 100 mil do capital total. A companhia efetuou o pagamento de R\$ 90 mil, em 26/06/2013, pela integralização do restante de sua participação no capital da TELEBRAS – COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subscrito da subsidiária integral. Em 31 de dezembro de 2015 apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 29.244 mil, devido a ganho com equivalência patrimonial. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

### Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

Desde o exercício de 2013, a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia mantém provisão no passivo circulante, no montante de R\$ 47.786 mil em 31 de dezembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

### Recursos capitalizáveis e patrimônio líquido negativo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, o saldo de R\$ 1.320.458 mil em 31 de dezembro de 2015, corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, o que possibilitará tornar positivo o patrimônio líquido que se encontra negativo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$218.760 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e a ampliação das condições de plena operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A conclusão das obras

## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

em andamento e equipamentos em aquisição, e consequente ampliação da geração de tais receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas ou de terceiros.

### Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 17 de março de 2015, mas com os parágrafos de ênfases e parágrafos de outros assuntos incluídos no presente relatório.

### e. Ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2014:

#### Ênfases

##### Demonstrações Individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, letra “b”, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. No caso da empresa TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS., essas práticas diferem da IFRS, aplicável as demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

##### Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS possui registrado, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 154.634 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Compõem também este valor R\$ 12.147 mil referente a ICMS que a empresa não vem aproveitando em virtude da não parametrização no SAP do controle fiscal do CIAP, assim por decisão da diretoria, pelo fato do tempo para aproveitamento estar quase prescrevendo o valor foi incorporado ao custo do imobilizado, em consonância à orientação do CPC 27, que diz que os tributos não recuperáveis integram o valor do bem.

Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu a empresa VT UM PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 115.761 mil. O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

##### Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2, “a”, a TELEBRÁS efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 31.12.2014, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 27.406 (R\$ 1.985 em 31/12/2013). As Demonstrações Contábeis da Coligada foram revisadas pela empresa KPMG Auditores Independentes.

A TELEBRAS divulga nessa mesma nota explicativa, letra “b”, que em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014; e com funcionamento previsto por tempo determinado, desde sua criação até o término dos dois eventos. No entanto, conforme nota explicativa nº 1.2, letra “a”, ocorre que, do ponto de vista da Controlada, os eventos ainda não terminaram, em virtude

## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis. Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

de possuir direitos a receber, discutidos administrativamente, portanto, o seu encerramento ainda não foi efetivado. As Atas da 1ª (primeira) Assembleia Geral Ordinária de Acionista (AGO) e da 1ª (primeira) Assembleia Geral Extraordinária de Acionista (AGE) de 31/10/2014, justamente pelo que aqui fica esclarecido, introduziram alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social, que trata da "Duração da Sociedade". Uma vez encerrada, a Controlada será incorporada pela Companhia, o que deve acontecer ainda em 2015. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

### Imobilizado

A Companhia divulga em nota explicativa nº 3.7 e 10.3 que os bens do Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição. Como evento subsequente, a Companhia elaborou a Nota Técnica nº 010/2015 esclarecendo a respeito das premissas de reconhecimento dos bens constantes do Ativo Imobilizado, bem como, critérios de depreciação e determinação de valor recuperável, que deverá ser revisto no exercício de 2015, em razão dos bens terem entrado efetivamente em operação em 01/01/2014. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

### Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, o saldo de R\$ 807.740 mil (R\$ 419.872 em 31/dez./13), corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****10.5 - Políticas contábeis críticas**

**10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELA COMPANHIA (INCLUSIVE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS):**

**Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

**Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

**Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida**

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas na Notas Explicativas 14 e 15, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

**Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração**

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*—impairment*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

**Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros**

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 20. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

**Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado.

**Benefícios a pós-emprego**

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****10.6. CONTROLES INTERNOS RELATIVOS À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – GRAU DE EFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA E RECOMENDAÇÕES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR****10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Fatos e Atos Relevantes; (ii) Relatórios Anuais; (iii) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (iv) sua página na internet; e (v) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

Para garantir a evolução contínua dos controles, foi instituído um Comitê de Compliance e Integridade, que está calcado em medidas estruturantes, organizacionais e preventivas, tais como o cumprimento estrito do Planejamento Estratégico da Companhia, a realização de mapeamento e revisão dos processos e normativos internos, fortalecimento da segurança da informação, aquisição e implantação de adequadas soluções de informática, implantação de ferramentas de acompanhamento das decisões e determinações tomadas pela Diretoria Executiva, ações concretas para a melhoria da eficiência operacional nas aquisições e estrita observância às recomendações dos órgãos de controle.

Vale ressaltar neste contexto os esforços de aperfeiçoamento contínuo do Sistema de Gestão Integrada da SAP instalado na Telebras, fornecendo informações cada vez mais integradas e confiáveis. Como estas informações são contabilizadas desde sua origem, em unidades administrativas externas à unidade responsável pelas demonstrações financeiras, o sistema garante um controle iterativo que contribui pela sua eficiência.

**b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Relatório de Auditoria Recomendações destinadas ao aprimoramento dos sistemas de controles internos  
31 de dezembro de 2016.

*COMENTÁRIOS SOBRE A EXTENSÃO DA REVISÃO E  
RECOMENDAÇÕES DESTINADAS AO APRIMORAMENTO DOS  
CONTROLES INTERNOS E DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS*

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****EXTENSÃO DA REVISÃO**

Consubstanciado no escopo de nossos trabalhos e, levando em conta à emissão de um relatório formal de auditoria na data base de 31 de dezembro de 2016, nossos trabalhos concentraram-se na avaliação dos sistemas de controles internos exercidos, considerando seus reflexos na apresentação e adequada divulgação das informações e registros contábeis.

Para fundamentar os trabalhos de auditoria relacionados ao exame das demonstrações contábeis, somos responsáveis por desenvolver nossos trabalhos em conformidade com os dispositivos das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais incluem provas dos registros contábeis, da documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Nesse sentido, apresentamos a seguir nossas recomendações destinadas ao aprimoramento e/ou fortalecimento dos sistemas de controles internos e dos procedimentos contábeis utilizados pela Companhia, as quais, entendemos, devem ser consideradas como subsídio pela Administração, no processo de melhoria destes controles.

**RECOMENDAÇÃO 01:****Elaborar conciliação periódica dos saldos consignados na rubrica contábil “clientes”**

Como decorrência das análises efetuadas sobre o saldo da rubrica contábil de “Clientes”, constatamos a existência de clientes com saldos negativos, na data base de 31 de dezembro de 2016, demonstrando assim, deficiências no processo de conciliação dos saldos contábeis, conforme demonstramos abaixo:

Descrição	Saldo em 31/12/2016
Comando do comando militar do sul	( 13.854,24)
Rocha, andrade e doneda - me	( 21.079,06)
Telecomunicações nordeste ltda	( 31.641,86)
<b>Total</b>	<b>( 66.575,16)</b>

Recomendamos que TELEBRAS proceda com a conciliação dos clientes acima descritos, de forma que os saldos contábeis sejam apresentados com maior propriedade.

Destacamos que a prática de se efetuar a conciliação dos saldos contábeis é uma eficaz ferramenta de controle interno, uma vez que, além de fortalecer os controles exercidos, permite identificar e corrigir eventuais divergências apuradas de forma tempestiva, propiciando assim a apresentação dos registros e informações contábeis com maior propriedade.

**RECOMENDAÇÃO 02:**

**Estudar a possibilidade de baixa de valores antigos contabilizados como cauções e para os quais não há composição dos saldos**

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Em análise procedida nos saldos das contas contábeis que registram os valores recebidos e devolvidos a título de caução, no ativo circulante verificamos que a Companhia não mantém composição/conciliação dos respectivos saldos, conforme demonstrado abaixo:

Nº de conta	Descrição da conta	Saldo em 31/12/2016
1123291401	Cauções a resg-outras-crédito-m.nac.	80.448.378,30
1123299501	Cauções a resg-outras-prov red vr rec.	( 80.432.778,30)
<b>Total</b>		<b>15.600,00</b>

Embora a Companhia já mantenha provisão contábil para fazer frente aos valores, recomendamos que sejam adotadas medidas no sentido de se avaliar os valores efetivamente, pendentes de devolução e caso necessário, que seja efetuada a baixa definitiva dos valores envolvidos.

**RECOMENDAÇÃO 03:****Analisar e conciliar os valores registrados como cauções de clientes e fornecedores**

Como decorrência das análises efetuadas nas contas de cauções de clientes e fornecedores, verificamos que os saldos registrados estão pendentes de conciliação, conforme demonstrado abaixo:

Nº de conta	Descrição	Saldo em 31/12/2016
1123211401	cauções a resg-clientes-crédito-m.nac.	627.608,33
1123229501	cauções a resg-fornecedores-prov r.v.rec.	9.710,40
<b>Total</b>		<b>637.318,73</b>

A falta de composição / conciliação dos saldos, denota fragilidade nos sistemas de controles internos exercidos.

Nesse sentido, é importante destacar que a prática de se efetuar composição / conciliação dos saldos contábeis é uma eficaz ferramenta de controle interno, uma vez que, além de fortalecer os controles exercidos, permite identificar e corrigir eventuais divergências apuradas de forma tempestiva, propiciando assim a apresentação dos registros e informações contábeis com maior propriedade.

**RECOMENDAÇÃO 04:****Verificar a possibilidade de conciliação dos depósitos judiciais com os extratos bancários dos depósitos judiciais.**

Verificamos que a Companhia não adota como procedimento, efetuar a conciliação dos valores registrados como depósitos judiciais, com os respectivos extratos bancários destes depósitos judiciais. Os depósitos estão assim representados:

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Nº de conta	Descrição	Saldo em 31/12/2016
1127436301	DEP.JUDICIAIS-RISCOS CONT-TRABALHISTAS	283.324,69
1127436305	DEP.JUDICIAIS-RISCOS CONT-CÍVEIS	249.612,55
1127436306	DEP.JUDICIAIS-RISCOS CONT-TRIB.FEDERAL	25.331,59
1127436308	DEP.JUDICIAIS-RISCOS CONT-TRIB.MUNICIPAL	10.646,00
1127436309	DEP.JUDICIAIS-RISCOS CONT-SOCIETÁRIO	7.440.146,07
<b>Total curto prazo:</b>		<b>8.009.060,90</b>

Nº de conta	Descrição	Saldo em 31/12/2016
1227436301	Dep.judiciais-riscos cont-trabalhistas	2.176.283,70
1227436305	Dep.judiciais-riscos cont-cíveis	3.236,01
1227436306	Dep.judiciais-riscos cont-trib.federal	1.274.957,33
1227436308	Dep.judiciais-riscos cont-societário	11.786,19
1227436309	Dep.judiciais-riscos cont-societario	26.310.133,63
<b>Total longo prazo:</b>		<b>29.776.396,86</b>

Salientamos que devido ao volume dos depósitos podem existir divergências entre os depósitos realizados e os contabilizados, em fase disso a importância desta conciliação.

Recomendamos que sejam envidados esforços no sentido de aprimorar o procedimento adotado, visando aprimorar o processo de controles internos adotado atualmente.

**RECOMENDAÇÃO 05:****Analisar e conciliar as contas de outros ativos realizáveis**

Como decorrência das análises efetuadas nas contas de outras operações de créditos com empregados, verificamos que os saldos registrados estão pendentes de conciliação, conforme abaixo:

Nº de conta	Descrição	Saldo em 31/12/2016
1127991401	Outras operações-crédito-empregados cedidos	2.791.513,42
1127991402	Outras oper-empreg cedidos anatel-apropriado	5.539.973,21
1127991403	Outras oper-empreg cedidos outros órgãos-faturado	1.374.218,42
1127991404	Outras oper-empreg cedidos outros órgãos-apropriad	1.928.045,45
1127991498	Outras operações-crédito-outros	2.875.630,30
1127991499	Outras operações - créditos fornecedores	3.057.317,65
<b>Total</b>		<b>17.566.698,45</b>

A falta de composição / conciliação dos saldos, denota fragilidade nos sistemas de controles internos exercidos.

Nesse sentido, é importante destacar que a prática de se efetuar composição / conciliação dos saldos contábeis é uma eficaz ferramenta de controle interno, uma vez que, além de

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

fortalecer os controles exercidos, permite identificar e corrigir eventuais divergências apuradas de forma tempestiva, propiciando assim a apresentação dos registros e informações contábeis com maior propriedade.

**RECOMENDAÇÃO 06:****Regularizar o saldo da conta 2225491198 – Tributos Federais-Parcelamentos-Outros**

Em nossas análises verificamos a inexistência de parcelamentos em aberto de dívidas tributárias, junto à União, que justifique o saldo da conta 2225491198 – TRIBUTOS FEDERAIS-PARCELAMENTOS-OUTROS, no montante de R\$ 433.830,09.

No que diz respeito a dívidas tributárias federais, a Companhia possui créditos tributários com exigibilidade suspensa por estarem em discussão por recursos interpostos administrativamente, que geraram os processos abaixo, conforme consulta ao ambiente virtual disponível no E-CAC da Receita Federal, com acesso efetuado por intermédio do certificado digital da própria Companhia, no dia 07/02/17 às 16:46hrs:

Ecac - Consulta 07/02/17 às 16:46					
Nº de Inscrição	Nº do Processo	CNPJ/CPF (Devedor Principal)	Situação	Valor Consolidado	Pagamento Integral
			Total:	1.951.734,38	
<a href="#">10 2 09 000026-11</a>	10166 500009/2009-23	00.336.701/0001-04	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT- TODOS DEBITOS ATENDEM	6.079,22	<a href="#">DARF</a>
<a href="#">10 7 05 000037-73</a>	10166 500195/2005-77	00.336.701/0001-04	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT- TODOS DEBITOS ATENDEM	29.106,00	<a href="#">DARF</a>
<a href="#">10 2 11 003088-89</a>	10166 011784/00-08	00.336.701/0001-04	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/ PARC ANT- TODOS DEBITOS ATENDEM	414.747,56	<a href="#">DARF</a>
<a href="#">10 6 11 005347-30</a>	10166 011784/00-08	00.336.701/0001-04	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/ PARC ANT- TODOS DEBITOS ATENDEM	421.658,40	<a href="#">DARF</a>
<a href="#">10 6 00 001685-98</a>	10166 008523/00-48	00.336.701/0001-04	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT- TODOS DEBITOS ATENDEM	1.080.143,20	<a href="#">DARF</a>

Contudo, tais débitos não encontram-se parcelados e, segundo informações do setor fiscal da Companhia, não correspondem aos valores lançados nesta conta. Tais valores, conforme informado, seriam antigos e pendentes de conciliação quando das mudanças do sistema contábil da Companhia.

Recomendamos, portanto, que sejam adotadas medidas no sentido de regularizar os saldos acima apresentados.

**RECOMENDAÇÃO 07:****Efetuar análises específicas nos fornecedores com saldo devedor em 31/12/2016**

Verificamos que na composição dos saldos de fornecedores há vários casos que apresentam saldo devedor em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstramos abaixo:

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

<b>Fornecedores</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>
Global village telecom ltda	234.893,16
Talento consul. Empresarial ltda	82.581,60
Prysmian draka brasil s/a	79.348,21
Slc servicos aeroportuarios ltda	77.199,12
Etica serv. De cessao e loc. Ltda-e	24.060,94
Life tecnologia e consultoria ltda	12.725,03
Companhia energética do maranhão-ce	9.740,11
Tellus s.a. Informat. E telecomunic	9.191,39
Companhia de eletric.do estado da b	7.971,90
Companhia energetica do piaui	7.810,70
Energisa tocantins distr. De energi	7.337,31
Companhia paulista de forza e luz	6.882,80
Metrop eletr. De sao paulo s.a.	6.064,15
Companhia energética de pernambuco	4.595,54
Enmovimento - saude organizacional	3.870,00
Transportadora associada de gas s.a	2.683,90
Plinio gustavo branquinho	2.167,58
Felipe de silverio arantes	2.137,60
Yuri aranha kawagoe	2.035,30
Fabio aquiles do prado	2.003,01
Lohran arraes bentemuller	1.996,60
William lima vaz	1.718,55
Joao henrique dourado de carvalho	1.673,75
Hesddras franco gomes	1.615,85
Francisco ziober filho	1.571,55
Gustavo tibau do espirito santo alv	1.478,35
Ivaldo da silva lessa	1.302,10
Fernando cota pereira	1.121,30
Outros	16.913,53
<b>Total</b>	<b>614.690,93</b>

Salientamos que estas contas tem natureza credora, denotando, portanto, deficiência no processo de controle e/ou conciliação dos saldos.

Recomendamos que a Companhia promova análises específicas visando avaliar os motivos pelos quais os fornecedores acima identificados apresentam saldo devedor e caso necessário, que sejam efetuados os ajustes requeridos, quer seja no sentido de se efetuar a baixa de eventuais saldos indevidos, quer seja transferindo para o ativo eventuais valores pagos a maior aos fornecedores.

**RECOMENDAÇÃO 08:**

**Proceder com a conciliação da diferença existente entre os saldos financeiro e o contábil para a conta de Fornecedores.**

Verificamos no decorrer de nossas análises que a conta de fornecedores apresenta divergências entre o saldo contábil e aquele mantido nos registros auxiliares do Departamento



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Financeiro, conforme demonstrado:

Conta	Saldo contábil	Diferença	Financeiro
Fornecedores	40.118.581,60	( 395.328,53)	40.513.910,13

A falta de conciliação da diferença entre os saldos contábil e financeiro denotam fragilidade nos sistemas de controles internos exercidos na companhia, o que pode gerar possíveis distorções nas demonstrações contábeis.

Face o exposto, recomendamos a conciliação dos saldos de forma a permitir um adequado acompanhamento, gestão e controle dos valores devidos pela Companhia.

**RECOMENDAÇÃO 09:**

**Verificar a viabilidade de controlar os valores relativos ao PISP (Programa de Indenização por Serviços Prestados) por meio de sistema informatizado**

Durante nossas análises, verificamos que o PISP é controlado através de planilhas eletrônicas e que o valor do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) utilizado como base de cálculo não é conciliado com o saldo do FGTS, por participante o que acaba gerando diferenças.

Em base de amostragem, testamos o saldo do FGTS dos participantes abaixo:

Matrícula	nome	Planilha - PISP	Diferença	Extrato FGTS
42089	JOEL GARCIA DE FREITAS	677.375,07	92.084	585.290,70
39908	CIRINEU ROBERTO PEDROSO	270.821,60	-49.197	320.018,26
40299	JOAO HENRIQUE D DE CARVALHO	277.500,79	-17.357	294.857,67
41961	JOSE ANGELO AMADO	501.887,92	66.811	435.076,44
14484	VALTER RODRIGUES DA SILVA	633.456,11	194.384	439.071,61
<b>Total</b>		<b>2.361.041,49</b>	<b>286.726,81</b>	<b>2.074.314,68</b>

Recomendamos que a Companhia verifique a viabilidade de aprimorar os controles sobre a planilha do PISP, bem como estabeleça uma rotina de conciliar o saldo do FGTS da planilha com o extrato de FGTS por participante, de forma a se evitar distorções.

Recomendamos ainda, que seja avaliada a viabilidade de migrar o controle adotado atualmente, por meio de planilha eletrônica para um sistema informatizado, o que geraria maior segurança quanto aos resultados apresentados.

**RECOMENDAÇÃO 10:**

**Adequar as informações disponibilizadas através da escrituração fiscal digital – efd contribuições**

A Companhia é obrigada a entrega da obrigação acessória EFD Contribuições, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, a partir dos fatos geradores ocorridos em janeiro do ano

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

de 2012. Entretanto, embora apure saldos das contribuições para o PIS/PASEP e para a COFINS, tais saldos não vem sendo disponibilizados nos arquivos entregues pelo programa SPED, da referida obrigação acessória.

O inciso III, do art. 57 da MP nº 2158-35/2001, com redação dada pela Lei nº 12.873/2013, prevê:

Art. 57. O sujeito passivo que deixar de cumprir as obrigações acessórias exigidas nos termos do art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, **ou que as cumprir com incorreções ou omissões será intimado para cumpri-las ou para prestar esclarecimentos relativos a elas nos prazos estipulados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e sujeitar-se-á às seguintes multas:** (Redação dada pela Lei nº 12.873, de 2013)

(...)

III - por cumprimento de obrigação acessória **com informações inexatas, incompletas ou omitidas:** 3% (três por cento), não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), do valor das transações comerciais ou das operações financeiras, próprias da pessoa jurídica ou de terceiros em relação aos quais seja responsável tributário, no caso de informação omitida, inexata ou incompleta; (grifo nosso)

Conforme informações obtidas, tais dados não estavam sendo corretamente geradas pelo sistema contábil da empresa e para não se perder o prazo de entrega estipulado legalmente, consequentemente, incorrer em multas, vêm sendo efetuado a disponibilização desta obrigação acessória com saldos “zerados”. Segundo a Companhia, já foram realizados esforços no sentido da regularização desta, através da contratação de empresa terceirizada que será responsável pela parametrização, geração e entrega correta da EFD Contribuições de todo o período em que esteve com informações omissas ou inexatas.

Recomendamos que tais regularizações sejam prontamente efetuadas, afim de evitar possíveis sanções e multas impostas pela Receita Federal à Companhia, em razão da entrega inadequada das informações dispostas na referida obrigação acessória.

**RECOMENDAÇÃO 11:****Aprimorar os controles dos saldos de créditos de ICMS sobre o ativo permanente através de escrituração do CIAP**

A Companhia possui saldos de créditos de ICMS sobre as aquisições de bens registros no ativo permanente e que vem sendo acumulados ao longo dos exercícios, por não estarem sendo apropriados.

De acordo com a área técnica responsável, a falta de relatórios confiáveis do controle de créditos de ICMS do ativo permanente e a não escrituração do CIAP, foram os motivos de a Companhia optar pela não apropriação dos referidos créditos na apuração deste tributo.

Nas análises efetuadas durante o exercício de 2016, verificamos relevante variação dos saldos mensais para a conta de ICMS-RECUPERAR-AQUISIÇÃO-IMOBILIZADO-TRANSITÓRIA, que atualmente totaliza um montante de R\$ 55.299 mil. Esta variação ocorreu em razão dos altos investimentos realizados em novos projetos, principalmente, no Satélite,

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

através das aquisições efetuadas por intermédio da VISIONA.

Diante destes fatos e afim de se evitar a prescrição dos saldos de créditos do ICMS, consequentemente, a impossibilidade de sua apropriação, o que geraria relevante perda financeira à Companhia, recomendamos que os atuais controles internos sejam aprimorados, escriturando-se de forma correta o controle de créditos do Ativo Permanente (CIAP), objetivando apropriar completamente os créditos do ICMS atuais e extemporâneos, possibilitando assim, que estes sejam realizados a cada período de apuração.

**RECOMENDAÇÃO 12:****Aprimorar os controles sobre os saldos do ativo imobilizado e conciliar os saldos entre os registros contábeis e os auxiliares**

A partir de relatório individualizado por classe de ativos e totalizado por conta contábil, procedemos ao confronto entre os valores constantes no mesmo, com os valores apresentados contabilmente, resultando na apuração de pequenas divergências entre os valores de determinadas contas, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Valor Contábil	Relatório Auxiliar	Diferença
1248315605 - BIS-PROP-EQ MEIOS TRANS-DEP AC-CABO ÓPT.AÉREO	(2.862.131,24)	(2.857.838,77)	4.292,47
1248353109 - BIS-PROP-INF EST PL INT-V.ORIG-BENF.PROP TERC	64.949.471,94	64.949.511,94	40,00
1248355603 - BIS-PROP-INF EST PL INT-DEP ACUM-EQ.ENERGIA	(3.640.161,20)	(3.593.663,06)	46.498,14
C	(5.508.899,70)	(5.555.397,84)	-46.498,14

Até a data de conclusão de nossos trabalhos não recebemos as justificativas para as divergências acima apresentadas, no entanto, se observado no demonstrativo acima, é perceptível que há uma inversão entre as contas 1248355603 - BIS-PROP-INF EST PL INT-DEP ACUM-EQ.ENERGIA e 1248355603 - BIS-PROP-INF EST PL INT-DEP ACUM-EQ.ENERGIA.

Ainda como resultado do confronto entre os registros contábeis e auxiliares, identificamos que os valores registrados na conta contábil 1258813105 - INTU-AMORTIZÁVEL-VR ORIG-DIREITO AUTORIZAÇÕES, no montante de R\$ 3.946 mil, não possui controle auxiliar.

Assim, recomendamos que os valores registrados em referida conta sejam adequadamente controlados por meio de registro auxiliar, da mesma forma que os demais itens integrantes do ativo imobilizado da Companhia.

Recomendamos ainda, que seja regularizado, as divergências identificadas na conciliação entre os valores contábeis e os apresentados nos registros auxiliares, de forma que os saldos contábeis sejam apresentados com maior propriedade.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****10.7. DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO E EVENTUAIS DESVIOS****10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:****a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não se aplica, já que a Companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

**b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica, conforme descrito na alínea “a”.

**c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não se aplica, pelo mesmo motivo descrito na alínea “a”.

## **10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

### **10.8 - Plano de Negócios**

#### **10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

##### **10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da companhia:**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados em seu Balanço Patrimonial 2016

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

### **10.9 - Outros fatores com influência relevante**

#### **10.9. COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

##### **10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:**

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.